

2013



PROJETO

«Rumo a uma Cidadania Ativa»



CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DAS
PESSOAS SURDAS
CDHPS-FPAS



PROJETO COFINANCIADO PELO PROGRAMA DE FINANCIAMENTO DO INR, IP, AS ONG



Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
Instituto Nacional para a Reabilitação, IP

(ESTE DOCUMENTO É DA AUTORIA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DA FPAS)



APRESENTAÇÃO

A Federação Portuguesa das Associações de Surdos (FPAS) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, que tem por finalidade defender e promover o quadro de valores comuns às onze Associações de Surdos filiadas dispostas por várias zonas do País, bem como a todas as Pessoas Surdas, procurando essencialmente em particular: preservar a identidade das Instituições filiadas e das Pessoas Surdas, fomentando e defendendo o exercício dos seus direitos de cidadania; e desenvolver e alargar a base de apoio da solidariedade, designadamente, quanto à sensibilização para os problemas dos cidadãos surdos e à mobilização das Instituições filiadas para o desenvolvimento e integração e luta contra todas as formas de exclusão e discriminação relativamente à Comunidade Surda. Sobretudo, a FPAS está em concordância e seguimento com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no sentido de promover e assegurar o exercício pleno e efetivo dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

Em resultado disso, reforçando a importância dos direitos humanos, informamos que a **FPAS**, como entidade representativa nacional da Comunidade Surda, inaugurou, no passado dia 21 de Fevereiro de 2013, em proclamação do Ano Europeu dos Cidadãos, o **Centro de Direitos Humanos das Pessoas Surdas**, designado por CDHPS-FPAS, que tem a missão de acompanhar, aconselhar e monitorizar os direitos fundamentais das Pessoas Surdas bem como os casos violatórios de direitos humanos, com especial destaque para a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que é assumida como visão do CDHPS-FPAS no âmbito de questão dos direitos das Pessoas Surdas. Além disso, o CDHPS-FPAS tem em conta o seguimento e monitorização das normas e os princípios da Convenção e as implicações práticas para com a vida quotidiana das Pessoas Surdas e, fundamentalmente, o CDHPS-FPAS tem funções essenciais, para assessorar e coadjuvar à FPAS em geral, desenvolver as tarefas necessárias relacionadas com a temática da proteção e promoção dos direitos humanos e liberdades fundamentais das Pessoas Surdas e das pessoas com deficiência em geral no sentido de efetivação do exercício dos direitos humanos e da capacitação dos cidadãos de pleno direito que são e de estarem efetivamente incluídos na sociedade onde se inserem.

Centro de Direitos Humanos das Pessoas Surdas

E-mail: cdhps@fpasurdos.pt
Responsável
Mestre Filipe Venade de Sousa
Jurista e Diretor do CDHPS-FPAS

Federação Portuguesa das Associações de Surdos

Praceta Miguel Cláudio, 3-B
2700-585 Amadora - Portugal
Tlf.: 214998308/09 | Fax: 214998310
E-mail geral: fpas@fpasurdos.pt

ENQUADRAMENTO DO PROJETO

Tomando em conta que *“a promoção da acessibilidade constitui um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas, sendo um meio imprescindível para o exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma sociedade democrática, contribuindo decisivamente para um maior reforço dos laços sociais, para uma maior participação cívica de todos aqueles que a integram e, conseqüentemente, para um crescente aprofundamento da solidariedade no Estado social de direito”* (preâmbulo do Decreto-lei n.º 163/2006), a partir da ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em Portugal, os Direitos das Pessoas com deficiência são tremendamente decisivos, podendo até utilizar-se a expressão *“um pequeno passo para um homem, um salto gigantesco para a humanidade”*. Conseqüentemente, um dos papéis fundamentais da FPAS passa por dar às Pessoas Surdas a oportunidade de acederem aos conhecimentos sobre os seus direitos humanos e liberdades fundamentais através de instrumentos eficazes que eliminem as barreiras comunicativas e informativas. Ou seja, recorreremos à Língua Gestual Portuguesa (LGP) como um meio para atingir o fim de promover e facilitar o conhecimento dos conteúdos dos direitos, ampliando notavelmente as possibilidades reais e efetivas das Pessoas Surdas para o exercício pleno dos seus direitos e deveres de cidadania, que serão decisivos para facilitar uma melhoria da cultura de conhecimento do nosso ordenamento jurídico.

Por esta razão em concreto, torna-se urgente criar instrumentos que promovam a inclusão social no sentido das Pessoas Surdas exercerem plenamente os direitos e deveres de cidadania no seio da sociedade em geral.

No caso das Pessoas Surdas, considera-se que ainda existe uma discriminação *invisível*, porque a sociedade continua a não distinguir claramente a existência da presença de uma Pessoa Surda no meio da referida sociedade, ao contrário do que sucede com as pessoas com limitações físicas. Para combater esta discriminação *invisível* da Comunidade Surda, é preciso ter uma base compreensiva sobre os Direitos Humanos, ou melhor, só é possível combater a discriminação quando houver uma cultura de inclusão que parta das próprias Pessoas Surdas no sentido de compreenderem o sistema complexamente jurídico dos seus direitos fundamentais. Só com um conhecimento pleno e esclarecido, se poderá permitir a defesa dos seus direitos na sociedade, bem como a sua integração plena no seio da sociedade globalizada.

OBJETIVOS FUNDAMENTAIS

O projeto “Rumo a uma Cidadania Ativa” tem como principal objetivo criar mecanismos com a finalidade de capacitar as Pessoas Surdas no âmbito da promoção e proteção dos seus direitos, dando-lhes a oportunidade de participarem como cidadãos ativos que são e de estarem verdadeiramente incluídos na sociedade. Pensaram-se em diversas iniciativas que, de modos

diferentes, conforme infracitado, servirão para cumprir este objetivo primordial de capacitação das Pessoas Surdas, possibilitando-lhes o acesso a instrumentos de informação e comunicação, a novos conhecimentos e, em suma, a uma cidadania participativa e ativa.

No final deste projeto, esperamos que as Pessoas Surdas fiquem mais capacitadas sobre os seus direitos e deveres, sobre as formas como podem combater a discriminação, sobre quais os mecanismos de defesa existentes, etc., uma vez que objetivo principal é, sem dúvida, criar uma oportunidade de aquisição de competências com base no acesso aos diferentes documentos em Língua Gestual Portuguesa.

AÇÕES CONCRETAS A DESENVOLVER

Medida Necessária	Eixos a desenvolver
Interpretação de documentos jurídicos em LGP, criando-se um website específico para aceder aos respetivos vídeos em LGP, também com tradução sonora e escrita	Constituição da República Portuguesa Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia
Criação e desenvolvimento de um Glossário de Direitos Humanos em LGP	Glossário de Direitos Humanos
Desenvolvimento da Formação "Cidadania Ativa e Informada", que irá englobar várias ações de formação para Pessoas Surdas	Formação "Cidadania Ativa e Informada"
Criação e desenvolvimento de um Índice de Recursos Bibliográficos especializado em Surdez, Deficiência e Direitos Humanos	Índice de Recursos Bibliográficos especializado em Surdez, Deficiência e Direitos Humanos

A FPAS acredita que este será um passo fundamental para as Pessoas Surdas, na medida em que consideramos que é necessário os cidadãos estarem devidamente informados para poderem defender os seus direitos e isto deve passar por existirem documentos em LGP. De um modo geral, considera-se também que estas iniciativas serão importantes para a sociedade em geral, já que o tema dos direitos e da cidadania ativa afeta todas as camadas da população e não apenas as pessoas portadores de algum tipo de deficiência.

CALENDARIZAÇÃO DO PROJETO: Até ao mês de Dezembro de 2013

ORÇAMENTO DO PROJETO

Valor Global	Cofinanciamento do INR	Cofinanciamento Externo
21.137,67 €	10.066,03 € (48%)	11.071,64 € (52%)



DESCRIÇÃO ORÇAMENTAL
Despesas de Gestão e Organização no âmbito do Projeto (pessoal, deslocações, TOC, despesas correntes, outras)
Material Técnico (Camara de Vídeo, Flash Studio, Tela Verde, etc.)
Serviços Técnicos Especializados (Equipa Técnica para preparação da Tradução/Interpretação)
Condições técnicas para a criação e desenvolvimento do website e montagem dos vídeos
Serviços de Intérprete de LGP

Dando continuidade ao trabalho que temos vindo a desenvolver e à prossecução dos objetivos acima supracitados, estamos presentemente a incrementar, para contributo da cidadania inclusiva em geral, este projeto realizado no âmbito do Programa de Financiamento de 2013 pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, IP, que está a ser desenvolvido durante o corrente ano, tratando-se de um projeto imprescindível para uma sociedade democrática e inclusiva.

No âmbito do já referido Programa de Financiamento, informamos que o Instituto Nacional para a Reabilitação, IP, atribuiu para cofinanciamento deste projeto cerca de 48% do orçamento total do mesmo. Como tal, a FPAS necessita de encontrar outras fontes de cofinanciamento que nos permitam desenvolver este projeto de forma a cumprir todos os objetivos propostos. Este nosso contato com V. Exas. surge por considerarmos que a V/ contribuição neste projeto seria uma importante mais-valia e, como tal, temos expetativas de poder colaborar com V. Exas. para desenvolver uma ação conjunta no âmbito de apoio organizativo, logístico e funcional. Sem prejuízo disso, valorizando os recursos ainda limitados ao dispor da FPAS, esperamos que V. Exas. possam disponibilizar algum apoio financeiro para cofinanciar o projeto referido que servirá para cumprir os objetivos primordiais já supracitados.